

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO DE LEI Nº 024/2013 (auxílio financeiro ao Camelódromo), em 08.03.2013**

Aos 08 dias do mês de março do ano de 2013, às 14h07minutos, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara, realizou-se **Audiência Pública** neste Legislativo, sob a Presidência do Vereador Nelson José Martins (PMDB), o qual contou com a presença dos seguintes Vereadores: Adalberto Carlos Soares (PP), Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Arleu Machado de Oliveira (PP), Guido Mario Prass Filho (PP), Lauri Fillmann (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB), Moisés Cândido Rangel (PSC), Régis Bento de Souza (PMDB), Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP), Sandra Beatriz Schaeffer (PSDB), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB) e Valdecir Vargas de Almeida (PDT). Estava ausente o Vereador Eduardo Carlos Kohlrausch (PTB). Por determinação do Presidente desta Casa, Vereador Nelson José Martins, a Diretora Legislativa, senhora Marilene Wagner deu início a presente Audiência Pública, com Base na Resolução Nº 02, de 18 de fevereiro de 2005, para tratar da matéria constante do Projeto de Lei Nº 024/2012 (Executivo Nº 025) que: “Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro para a ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E AMIGOS DO CAMELÓDROMO DE TAQUARA, e dá outras providências. A referida Audiência foi solicitada através do Requerimento Nº 045, de 04 de março de 2013, de autoria do Vereador Valdecir Vargas de Almeida, aprovado por unanimidade em Sessão Ordinária do dia 04, próximo passado. A Diretora informou aos presentes que esta Audiência Pública foi divulgada através de diversos e-mails da Câmara, no site desta Casa através do endereço eletrônico [www.camarataquara.com.br](http://www.camarataquara.com.br), comunicado no Jornal Integração do dia 06 de março de 2013 - edição 357- página 14, no Mural desta Casa Legislativa, com matéria no site da TCA e Jornal Panorama. A partir deste instante o Presidente da Casa deu início aos trabalhos da tarde saudando todos os presentes, momento em que convidou as seguintes autoridades para fazer parte da Mesa Diretora: Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. Idalci Renato Lamperti (representando o Prefeito Municipal); Sr. Luis Fernando Belotto (representando o CDL); Sr. Luciano Francisco Herzog (Vice-Presidente do Sindilojas) e Sr. José Carlos Martins da Silva (Presidente da Associação dos Proprietários e Amigos do Camelódromo de Taquara). Na sequência o Presidente solicitou que o Vereador Valdecir Vargas de Almeida, Propositor desta Audiência Pública fizesse sua manifestação dando início às discussões da matéria constante no Projeto nº 024/2013 que concede auxílio financeiro aos Camelódromos no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, pelo prazo de mais doze meses. **Vereador Valdecir Vargas de Almeida:** “Saudou a todos e inicialmente explicou o motivo pelo qual solicitou esta Audiência Pública dizendo da importância de discutir junto com a comunidade a respeito do Projeto que concede o pagamento de mais um ano de aluguel à Associação do Camelódromo de Taquara. Entende que a Lei aprovada em 24 de fevereiro de 2011, Lei nº 4.740, já diz bem claro que o incentivo dos 24 meses no valor de três mil reais é para Associação dos Proprietários e Amigos do Camelódromo de Taquara, somente repassado no caso de desocupação voluntária de todos os comerciantes e ambulantes instalados nos prédios localizados junto a Praça da Bandeira; os valores repassados na forma do artigo 1º desta Lei somente poderão ser utilizados para fins de gastos com aluguel, água, luz, seguro e IPTU do imóvel que vier a ser locado pela Associação. Destacou que o artigo 4º é bem

claro: A Associação beneficiada com incentivo previsto nesta Lei deverá incentivar os associados a promoverem regularizações de suas atividades para formalidade, prestar contas da aplicação dos valores mensais, bem como demonstrar conjunto de ações e providências que estão sendo tomadas e mantidas para atingir a meta instituída no inciso I do presente artigo dentro de seis meses. Ressaltou ainda que pediu esta Audiência Pública e votou contra o Projeto, por entender que até agora a referida Associação ganhou setenta e dois mil reais de aluguel, e ainda não conseguiu regularizar suas atividades, sendo que o parágrafo único diz o seguinte: - Não sendo cumpridas as condições previstas neste artigo, a Associação beneficiada solidariamente com seus associados deverá devolver os recursos recebidos do Município com correção monetária tendo em vista o IGPM ou os juros legais. Nesse sentido entende que a Associação já deveria ter prestado contas, pois ainda não veio nada a esta Casa, inclusive sobre isso, já fez esse pedido na Comissão e entende também que este Projeto está bem claro, pois vem com a mesma mensagem do anterior, solicitando o pagamento de mais um ano de aluguel, ou seja, mais trinta e seis mil reais e quem sabe futuramente não virão aqui pedir novamente, enquanto o comércio da cidade paga toda a carga tributária pesada em dia ou são multados. Acredita que as medidas devem ser iguais a todos, pois enquanto o comércio vende seus produtos dentro da lei, com as devidas notas fiscais, outros vendem contrabando e pirataria não gerando nenhum imposto à Prefeitura, sendo que esta mesma é quem paga o aluguel. O Vereador Valdecir finalizou dizendo que não concorda e é voto vencido, mas graças a Deus que iluminou seus colegas que acabaram votando por esta Audiência Pública e espera que o comércio se manifeste e que possam derrubar este Projeto para que hoje seja encerrado esse negócio de rasgar dinheiro público. Questionou ainda o Secretário de Desenvolvimento, Sr. Renato Lamperti a respeito da rubrica constante no artigo 4º do PL 024 que fica a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, perguntando sobre qual o retorno que a mesma irá trazer ao Município.” Após a manifestação do Vereador Valdecir, o **Presidente Nelson Martins** informou aos presentes sobre o andamento das inscrições dizendo que seis participantes vinculados ao comércio e seis do Camelódromo poderiam se inscrever para o pronunciamento de cinco minutos. Antes de dar início às discussões, o Presidente comentou que essa é uma longa história, pois está iniciando o seu 25º ano nesta Casa e lembra que na época havia um grave problema com os Camelôs nas ruas do Centro da cidade, vendendo muitas vezes os mesmos produtos que as lojas vendiam, nesse sentido houve um debate muito grande quando foram construídos aqueles módulos para colocarem os Camelôs, junto a Praça da Bandeira, não lembra o valor exato, mas sabe que foi um bom valor gasto naquela gestão para que se resolvesse tal situação. Quanto à fiscalização, destacou que existem órgãos competentes para agir, tanto pelo Município, quanto pela receita estadual e federal. Relatou ainda que no ano passado veio um Projeto a esta Casa de revitalização da Praça da Bandeira solicitando a retirada dos Camelôs da Praça e encaminhando os mesmos para dentro do prédio da antiga Rodoviária. Desse modo, prevendo o que está em discussão nesta Audiência, o Vereador Nelson na época sugeriu que o Camelódromo deveria se instalar junto ao Campo do Taquarense, na Rua Federação, já que o Executivo também destinava auxílio financeiro aquele Clube, mas naquele momento o Prefeito não achou viável tal colocação. Então o Projeto foi aprovado pelo prazo de dois anos, sabendo que estavam criando um problema para mais tarde, agora aí está o problema. Depois de se

manifestar o Presidente Nelson Martins passou a palavra aos inscritos desta Audiência Pública: **Sr. Daniel Henemann** (Presidente do COMUDE de Taquara): “Em princípio, destacou que as palavras do Presidente Nelson condiz com o que já foi discutido, ou seja, é uma questão de fiscalização e se houve algum erro este começou lá atrás. Quanto a prestação de contas do Camelódromo, não sabe ainda se já chegou a esta Casa, mas talvez o Presidente da Associação já tenha em mãos a assim deve-se ser avaliada a prioridade do incentivo ser prorrogado ou não. Finalizou colocando o COMUDE a disposição, caso esta Casa necessite de um Parecer referente ao Projeto em questão”. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao **Sr. Valmor Luis Lopes** (representando o comércio): “Cumprimentou a todos dizendo que veio se manifestar nessa Audiência Pública por ser um comerciante da cidade que paga dois aluguéis, impostos, gera empregos e não tem nenhum benefício. Disse que no ano passado solicitou que a Secretaria de Obras observasse uma cratera que havia acontecido nas proximidades que faz limite da Avenida Sebastião Amoretti com a ERS 020, mas nem se quer foram dar assistência, sendo que conserto e o gasto com material ficou por sua própria conta. E assim existem muitos comerciantes que estão pagando aluguel gerando empregos e recursos ao Município e não estão recebendo a devida atenção da administração pública. Em relação ao Projeto entende que já existiu um tempo para que as pessoas se organizassem, junto aos órgãos públicos e nada foi feito, por isso se manifesta contra a proposta de prorrogar por mais um ano o incentivo de aluguel ao Camelódromo.” Após foi concedida a palavra ao **Sr. Osmar Gonzaga** (ARPLED – Associação Regional de Produtores de Leite e Derivados): “Saudou a todos em especial o Vereador Valdecir pela atitude de propor esta Audiência Pública, pois entende que é nas audiências públicas que a sociedade tem a oportunidade de discutir e buscar o melhor para todos. Iniciou dizendo que de tudo que já ouviu a respeito do assunto tratado nesta tarde, acredita que não cabe mais discutirem se falta ou não fiscalização, pois é difícil cidade que não tem Camelôs, Taquara também deve ter, mas sem prejudicar os comerciantes. Dessa forma apresentou uma sugestão aos Vereadores e ao Secretário de Desenvolvimento, para que juntos pudessem criar em Taquara o Shopping dos Pequenos Negócios, ou seja, trazer os Camelôs, os Artesãos, as Feiras Livres, entre outros, e assim formar um centro comercial de pequenos negócios aonde um traria benefício ao outro e com certeza a cidade sairia ganhando, isso com tempo determinado para todos se organizarem. Por fim também destacou que a ERS 115 deveria ser aproveitada quem sabe com um centro de informações turística, onde a cidade possa ser vista e assim criar oportunidade para que muitos Camelôs e outros informais também venham ganhar seu dinheiro. Se colocou a disposição, caso haja interesse na sugestão dada, dizendo que inclusive possui projetos de outras cidades de como funciona o Shopping dos Pequenos Negócios.” Na sequência se pronunciou o **Sr. Dircinei Antonello** (representando o comércio): “Cumprimentou a todos dizendo que faz parte do segmento de prestação de serviços e está em Taquara há quase 24 anos. Disse que o Sr. Osmar foi bastante feliz na colocação dele e é extremamente contra a qualquer tipo de assistencialismo e o que está sendo discutido hoje com esse incentivo à Associação do Camelódromo é sim um assistencialismo, porque tiveram um prazo para houvesse uma transformação desse pessoal o que acha muito justo, pois todos querem crescer e os que atuam nesse meio de comércio todos sabem que na sua maioria é informal. Também traz uma sugestão, ao invés de pagar mais 12 meses de aluguel ou incentivo, porque não criar

junto ao Executivo, Legislativo, COMUDE um meio de ajudar esse pessoal a se desenvolverem enquanto comércio, dando condições para que eles saibam como podem incrementar o negócio próprio, até muitos saindo da informalidade registrando sua empresa e quem sabe empregando outras pessoas, enfim, crescendo como é o sonho de todos nós. Finalizou dizendo que é muito mais viável aplicar essa verba no desenvolvimento e assim obter um crescimento não só financeiro, mas pessoal de todos que trabalham na informalidade, por isso também se coloca contra o Projeto em discussão da forma em que ele se encontra.” A seguir fez uso da palavra em nome de todos os Camelôs presentes o **Sr. José Carlos Martins da Silva** (Presidente da Associação dos Proprietários e Amigos do Camelódromo de Taquara): “Cumprimentou a todos e iniciou seu pronunciamento dizendo que está havendo um grande erro nesta discussão, pois não é isso tudo que estão falando, inclusive a prestação de contas está à disposição com o Secretário de Desenvolvimento presente. Falou que o Camelódromo teve um incentivo de 24 meses, mas só 12 foram pagos e a partir daí as portas da Prefeitura foi fechada para eles, a administração fez um acordo, mas não cumpriu, tentaram diálogo, pediram alvará e nunca foram atendidos e no dia de assinar a documentação disse que lhe fizeram duas propostas: - Sr. Presidente José Carlos, ou o senhor assina, ou o senhor assina, se não vamos tirar de qualquer maneira, vamos entrar com pedido de posse da Praça e as mercadorias, como são contrabandeadas, colocaremos numa sala que será vigiada e no dia em que vocês aceitarem, devolveremos a mercadoria. Desse modo assinou a documentação e até hoje gostaria de saber aonde foi parar aquele material do desmanche dos módulos. Disse ainda que muitos falam que as mercadorias são contrabandeadas, só que o dinheiro arrecadado com elas é gasto dentro do próprio Município, nos mercados, lojas, postos de gasolina e muito mais, não são como os vendedores ambulantes que hoje existem mais de 20 na cidade, em frente às lojas sem contribuir em nada para o Município. Finalizou dizendo que apenas querem um lugar para trabalhar, pois estão pagando água e luz do próprio bolso e a prestação de contas está disponível a quem quiser ver.” Após este pronunciamento o Presidente passou a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, **Sr. Idalci Renato Lamperti**: “Saudou a todos e iniciou dizendo que o Projeto dos Camelôs, na verdade é desde 1994, portanto, 19 anos. Destacou que estão há pouco mais de 60 dias da administração e estão a disposição, acredita que as discussões sempre levam a crescer e daqui com certeza pode se construir uma solução definitiva. Informou ainda que a prestação de contas já se encontra na Secretaria e disse ao Vereador Valdecir que na verdade não foram os 24 meses como ele mencionou, foram 15 meses, então o Governo Municipal apenas quer com esse Projeto proporcionar aos Camelôs que eles possam durante este ano dialogar e buscar uma alternativa que seja solucionável por mais tempo, entende o anseio dos comerciantes, mas os Camelôs também com certeza querem buscar uma solução definitiva e a formalidade que é o que todos querem.” Nesse momento o **Vereador Valdecir** questionou o Secretário se existe um pedido de alvará, como foi colocado pelo Presidente da Associação, e se existe então gostaria de ter o acesso a cópia do protocolo. O Secretário **Renato Lamperti** esclareceu que este Projeto de formalização teria que ser dado início no momento que foi feito o contrato, então a partir de agora, juntamente com a Câmara e o Executivo deve-se buscar a formalização através de uma negociação nos próximos meses. Em seguida foi passada a palavra ao **Sr. Luis Fernando Belotto** (representando o CDL): “Saudou a todos e

inicialmente colocou que a posição do CDL é contra esse incentivo aos Camelôs porque todos os lojistas se sentem no mesmo direito, pois contribuem com impostos, também tem famílias para sustentarem e igualmente passam por dificuldades, uns que não conseguem vencê-las e acabam fechando seus comércios indo procurar outras fontes de renda. Finalizou salientando novamente que a posição do CDL é contra e não se justifica ajuda financeira aos Camelôs.” A seguir se manifestou o **Sr. Luciano Francisco Herzog** (Vice-Presidente do Sindilojas): “Saudou a todos dizendo que fala em nome do Sindilojas do Vale do Paranhana que o Sindicato Patronal do Comércio e da Prestação de Serviços. Ressaltou que esta Lei foi criada com objetivo de auxílio, mas também com intuito de nesse período de dois anos incentivar os associados do Camelódromo de Taquara a promoverem regularização de suas atividades para a formalidade. Disse que o Sindicato é parceiro neste Projeto e pode auxiliar no treinamento e desenvolvimento desse pessoal, acreditando em concorrência leal onde todos pagam seus tributos que devem ser iguais a todos, assim como auxílio da administração pública. Disse ainda que o Sindilojas veio através de um ofício encaminhado a todos os representantes do Executivo e do Legislativo manifestar a surpresa ao saber que o Projeto de Lei foi criado para o mesmo fim desta Lei que já havia existido para ser renovado e mantido esse auxílio, entende que já existiu esse tempo para se formalizar e agora cabe a cada um caminhar com seus próprios pés rumo à formalidade fazendo uma concorrência leal com todos. Destacou ainda que é de conhecimento público que produtos vendidos em camelódromos e assemelhados em sua grande maioria possuem origem tributária duvidosa, se não vejam constante trabalho da Polícia Federal retendo diariamente cargas que se destinam a esses pontos comerciais, além disso, o comércio legalmente estabelecido tem exigência de alvarás, licenças, impostos, contrato de locação, cumprimento de leis trabalhistas, comerciais e cíveis. Salientou que o Sindilojas considera que este Projeto atinge os limiares do bom senso político e da gestão pública coerente, dessa forma as entidades signatárias se posicionam frontalmente contra o Projeto em discussão. Por fim confiantes na prevalência do equilíbrio e coerência dos gestores do dinheiro público, lembrou que os salários dos legisladores sempre são provenientes dos homens e mulheres que pagam tributos e de empresários que se expõem ao risco típico de empreendedores.” Na sequência o Presidente da Casa abriu espaço aos Vereadores, iniciando com os Presidentes das Comissões CGP E COFF e em seguida aos demais concedendo o tempo de dois minutos para os pronunciamentos. **Vereador Arleu Machado:** “Destacou que a situação do Camelódromo se estende há muitos anos e deve ser resolvida não esquecendo que por traz de tanta polêmica existem pessoas, por isso é preciso analisar o Projeto com muita cautela para se chegar a uma solução que serve para todos.” **Vereador Adalberto Lemos:** “Sabe que nessa questão que há um impasse e deve ser resolvido da melhor maneira possível procurando não prejudicar nem A, nem B. Como membro da Comissão de Finanças ressaltou que os projetos que chegam a esta Casa são analisados em todos os aspectos legais que envolvem finanças, por isso com certeza a prestação de contas da Associação também será muito bem analisada. A questão de tributos e fiscalização não cabe aos Vereadores discutirem, existiu sim um projeto de lei que não foi fiscalizado nem foi cumprido, mas não por estes Vereadores, pois isso cabe aos órgãos fiscalizadores de tributos. Comentou que a retirada dos Camelôs, na época, foi por uma questão de revitalização da Praça, e o que ouviu de alguns é que lá dentro do antigo prédio da

Rodoviária não funciona e não tem venda suficiente para que eles possam manter suas famílias, mas do contrário existe também o comércio que pagam seus tributos em dia e de certa forma se sentem prejudicados. Por fim, pelo o que entendeu, existe ainda nove meses para uma possível readequação, nesse sentido a Comissão irá trabalhar o projeto para ser votado da melhor maneira pensando em ambos os lados, frisando que o ideal seria construir um local adequado para essas pessoas trabalharem.” **Vereador Adalberto Soares:** “Disse que é solidário aos Camelôs e aos comerciantes, pois é cliente de ambos e sabe que o problema existe, achou muito importante a realização dessa Audiência Pública para ouvir os lados interessados e esclarecer alguns pontos. Foi favorável ao voto no mérito do Projeto, pois se não auxiliarem neste momento para onde vão aquelas pessoas? Deixou claro que é favorável por um ano e acredita que será encontrada a melhor forma de se resolver essa questão.” **Vereador Luiz Carlos Balbino:** “Percebe que se criou um impasse e hoje há duas situações, não criada pelos Vereadores, mas cabe a eles resolverem, e, hoje não tem como não aprovar este Projeto, então em caso de aprovação convida a todos para em um novo encontro discutir que nesse prazo de 12 meses os Camelôs possam se comprometer de que vão caminhar juntos buscando uma solução definitiva para que ali na frente não tenham nesta Casa este mesmo problema.” **Vereador Lauri Fillmann:** “Ressaltou que muito já foi dito que a matéria é complexa e acha louvável esse momento, pois com certeza fruto disso vai sair, se não logo, mas futuramente uma decisão definitiva. Até a apreciação do Projeto estará como ouvitor para tomar sua posição, mas possivelmente será favorável a mais esses 12 meses para que daí sim se busque uma solução.” **Vereador Valdecir de Almeida:** “Acredita que esta Audiência não está tendo representação da Associação de Moradores do Interior pela pressa desta Casa em querer votar o Projeto logo, pois quando perceberam que tinham aprovado seu Requerimento, na última segunda-feira, pedindo esta Audiência Pública, logo agilizaram a data e não respeitaram o horário proposto das 19 horas para que mais comerciantes pudessem participar, assim como também não houve tempo hábil para enviar mais convites a comunidade.” **Vereador Régis de Souza:** “Disse que sua posição é bem clara e definida ao momento que a informalidade para buscar a sua regularidade precisar do voto deste Vereador, terá, da mesma forma aqueles que já estão formal e estão sofrendo com suas dificuldades, e, se for do alcance desta Casa para melhorar algum aspecto, terão também seu voto. De outro lado lembrou que o Requerimento foi aprovado por unanimidade, por saberem que audiência pública é o canal para saber qual direção deve ser tomada, e felizmente ou infelizmente existe um único caminho a ser tomado nesse momento que é manter o pessoal ali, esperando que nesses 12 meses se resolva e se busque a formalidade que é o sentimento de todos.” **Vereador Guido Mario Prass Filho:** “Destacou que buscou algumas informações verificando que hoje os Camelôs tem um custo para estarem ali naquele prédio no valor de seis mil, duzentos e trinta e um reais, a Prefeitura auxilia com três mil, mas só o aluguel é de três mil, trezentos e cinquenta e um reais, mais o condomínio de um mil e quatrocentos a um mil e quinhentos reais, luz no valor de quatrocentos a quinhentos reais, enfim taxa de bombeiros, extintores tudo é bancado por eles. Disse que é bom que a comunidade saiba um pouco dos acontecimentos, porque quando foi feita a revitalização da Praça, voltou mais ainda, quando colocaram os Camelôs na Praça, foi porque o comércio pediu providências ao Prefeito da época solicitando a retirada dos mesmos em frente às suas lojas, para isso então

foi construído o Camelódromo. Todos sabem que houve equívocos durante a permanência deles naquele local, talvez porque o Poder Público não acompanhou de perto ou não procurou resolver certas situações, agora em relação ao Campo do Taquarense, tem informações que em 2009 o Prefeito enviou a esta Casa um Projeto de Lei para dar dinheiro ao Clube para comemorar o seu centenário que seria em 2011, então o Prefeito da época disse que daria cinco mil por mês, pois até chegar 2011 o Clube já teria uma verba para fazer o seu evento, bom na verdade durante esse tempo o Prefeito acabou não dando nada ao Clube, ou seja, fez eles de bobo, então é claro que o Taquarense também não deixou que construísse o Camelódromo ali.” **Vereador Telmo Vieira:** “Sabe que esse impasse só está acontecendo por uma questão mal resolvida de empurrar os problemas para frente. Hoje os Camelôs estão nesta Audiência Pública lutando por sobrevivência e contam com o apoio desta Casa e da Administração. Acredita que a busca do Secretário Renato Lamperti vai ser pela satisfação do empreendedorismo nesta cidade e dos comerciários, bem como a adequação dos micros e pequenos empresários que estão hoje presentes na forma dos ilegais, mas que com certeza querem a sua regularização. Disse que são obrigados a votar favorável, mas com uma proposta, que o Executivo tenha uma proposição para a recolocação dos Camelôs.” **Vereadora Sandra Schaeffer:** “Disse que este momento é muito importante nessa gestão, porque através dos relatórios aqui expostos é que os Vereadores têm condições de fazer o voto, tudo o que foi dito será muito bem analisado. Sua posição é que assistencialismo por assistencialismo não resolve o problema de ninguém, o repasse que foi feito até hoje aos Camelôs de Taquara teria servido para que houvesse uma profissionalização, uma legalização e uma capacitação destes para poderem trabalhar na legalidade e hoje não estariam aqui discutindo essa questão. Nesse sentido espera sinceramente que se resolva da melhor forma tanto para os Camelôs quanto para os comerciantes, não se coloca contra ninguém, mas se coloca a favor da legalização e da capacitação para que todos tenham as mesmas condições de trabalho.” **Vereador Roberto Timóteo:** “Ressaltou que é o terceiro projeto que entra nesta Casa, onde os Vereadores acabam tendo que votar e decidir, em sua opinião por incompetência do Executivo Municipal da gestão anterior. Acredita que quando este recurso foi deliberado, o Executivo deveria ter acompanhado e estado junto para buscar a legalização dos Camelôs. Tem certeza que essa situação será encaminhada da melhor maneira possível.” **Vereadora Sirlei Teresinha:** “É favorável às discussões e sabe que este é um momento difícil, inclusive foi visitar o Camelódromo e lá constatou 25 famílias que dependem daquele trabalho. Presenciou mães trabalhando e cuidando das suas crianças num local que certamente não gostaria de trabalhar, quente, pequeno e abafado. Não está fazendo uma defesa unilateral, pois também deve haver um olhar ao comerciante que paga seus impostos, mas constatou ao ouvir todas as manifestações que houve um problema de gestão, pois criou-se uma lei que não propiciou subsídios para que as pessoas trabalhando no Camelódromo se regularizassem. Percebe agora neste governo uma preocupação de oferecer subsídios para que em 12 meses às pessoas que lá estão instaladas possam se regularizar e se formalizar.” Após os pronunciamentos dos Vereadores desta Casa, o Presidente passou novamente a palavra aos membros da Mesa Diretora que quisessem se manifestar pelo tempo de dois minutos. **Sr. Luis Fernando Belotto** (representando o CDL): “Concorda com muitas coisas que foram ditas, mas não é dando incentivos somente aos comerciantes dos Camelôs, pois

quando existem dificuldades é preciso buscar alternativas, nesse sentido acredita que os Legisladores poderiam fazer algo na parte de educação e de orientação, até porque não repassando esta verba que o problema será resolvido, por isso continua com sua posição, que o CDL é contra este Projeto.” **Sr. Luciano Francisco Herzog** (Vice-Presidente do Sindilojas): “Salientou novamente que o Sindilojas se coloca a disposição dos Camelôs para oferecer treinamento e formação para que eles possam se profissionalizar, inclusive hoje em dia existe o microempreendedor individual que podem pagar impostos bem reduzidos e que dá auxílio numa futura aposentadoria. Colocou ainda que isso tudo até pode ser de forma gratuita buscando a parceria do SEBRAI, dando consultoria e treinamento a este pessoal.” Depois das manifestações o Presidente finalizou a presente Audiência Pública agradecendo a presença de todos, salientando que esta Casa conta com 15 Vereadores e 6 partidos, mas todos procuram trabalhar em conjunto da melhor maneira possível. Também parabenizou todas as mulheres pelo seu dia. E, para constar, eu, Silvana Fernandes Lopes, servidora da Câmara Municipal de Taquara, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, e após lida e achada conforme, será assinada pelos demais Vereadores desta Casa. Sala de Sessões, 08 de março de 2013.....Silvana Lopes.